



ANEXO I

PROJETO BÁSICO

1. SECRETARIA SOLICITANTE

Secretaria Municipal de Saúde.

2. OBJETO

Contratação de Sociedade Empresária Especializada para Execução de Obra de Construção da Unidade Básica de Saúde do Village do Lago III, com fornecimento de materiais para atender a demanda da Secretaria de Saúde do Município de Montes Claros /MG.

3. JUSTIFICATIVA

A presente contratação tem por objetivo viabilizar a retomada e conclusão da obra da Unidade Básica de Saúde Village do Lago III, localizada no Município de Montes Claros/MG, cuja execução foi anteriormente iniciada pela Administração Municipal, encontrando-se atualmente com estrutura parcialmente executada no local.

A paralisação da obra resultou na necessidade de adoção de novo procedimento licitatório, a fim de garantir a continuidade da execução do empreendimento, evitar a deterioração da estrutura já implantada e assegurar o adequado aproveitamento dos recursos públicos já investidos na obra.

A obra foi inicialmente licitada por meio do Processo Licitatório nº 440/2022, Concorrência Pública nº 017/2022, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução da construção da Unidade Básica de Saúde, UBS modelo T3T, com fornecimento de materiais e mão de obra.

Entretanto, durante a execução contratual foram verificados descumprimentos das obrigações assumidas pela empresa contratada, especialmente quanto à paralisação da obra e à não retomada dos serviços mesmo após notificações formais da Administração Municipal. Em razão dessa situação, foi instaurado procedimento administrativo de apuração de responsabilidade, culminando na Decisão Administrativa nº 180/2025, que determinou a rescisão unilateral do contrato administrativo, bem como a aplicação de penalidade de multa à empresa contratada.

Como consequência da rescisão contratual, a obra permaneceu inacabada, embora com partes dos serviços executados, situação que compromete a disponibilização da unidade de saúde à população, podendo ocasionar a deterioração dos serviços realizados, além de representar risco à adequada aplicação dos recursos públicos investidos no empreendimento.

Destaca-se que a estrutura principal da edificação, executada em sistema construtivo Steel Frame, já se encontra implantada, restando pendentes as etapas de fechamento da estrutura, execução das



instalações elétricas, hidrossanitários e demais instalações prediais, revestimentos internos e externos, esquadrias, acabamentos, serviços complementares e urbanização.

As Unidades Básicas de Saúde (UBS) constituem a principal porta de entrada da população aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo responsáveis pela prestação de serviços essenciais no âmbito da Atenção Primária à Saúde, tais como consultas médicas, atendimentos de enfermagem, vacinação, acompanhamento de pacientes, ações de promoção da saúde e prevenção de doenças.

Nesse contexto, a conclusão da Unidade Básica de Saúde Village do Lago III permitirá ampliar a capacidade de atendimento da rede municipal de saúde, proporcionando melhores condições de trabalho às equipes de saúde e garantindo à população da região acesso adequado aos serviços básicos de saúde.

Ressalta-se que a não conclusão da obra poderá ocasionar prejuízos à Administração Pública, tanto pela deterioração da estrutura já executada quanto pela manutenção de uma demanda reprimida por serviços de saúde na região, o que pode contribuir para o aumento da sobrecarga em outras unidades de saúde do município.

Dessa forma, a retomada e conclusão da obra mostram-se medidas necessárias para assegurar a efetividade das políticas públicas de saúde no município de Montes Claros, promovendo melhores condições de atendimento à população e fortalecendo a rede de Atenção Primária à Saúde.

4. DESCRIÇÃO DO OBJETO

4.1. Item, código, quantidade e especificações.

ITEM	CÓDIGO	UND	QTD.	DESCRIÇÃO	COMPLEMENTO
1	449005	SER	1	CONTRATAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL, VISANDO A CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO VILLAGE DO LAGO III, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS /MG.

5. PRAZO, LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E CONDIÇÕES DE ACEITABILIDADE

5.1.A Contratada fica obrigada a executar os serviços, quando solicitado através de Ordem de Serviços, nas condições estabelecidas neste Projeto Básico, no prazo de 8 (oito) meses.

5.2.A Ordem de Serviços à Contratada será efetivada através da Secretaria Municipal de Saúde.



5.3. Os serviços deverão ser prestados no local indicado na Ordem de Serviços, sem custos adicionais.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Será exigida a garantia contratual de que tratam os Arts. 96 e seguintes de Lei 14.133/2021, no percentual de 5,0 % (cinco por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

6.2. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

6.3. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

6.4. O contrato apresentará maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

7. DA POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO

7.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

7.2. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: Estruturas; Alvenaria, Vedações e Divisórias; Instalações Elétricas;

7.3. É admitida a subcontratação parcial do objeto contratual conforme Art. 122 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Secretaria Municipal de Saúde pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto subcontratado.

7.5. O contrato apresentará maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

8. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E GARANTIA

8.1. O objeto deste Projeto Básico será recebido da seguinte forma:

a) provisoriamente, ao término das obras, para efeito de posterior verificação da conformidade com a especificação, quantidade, qualidade, preços e outros dados pertinentes constantes neste Projeto Básico, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

b) definitivamente, após 180 (cento e oitenta) dias do recebimento provisório e após relatório emitido pela Fiscalização de Obras.



- 8.2.O recebimento definitivo não eximirá a Contratada de suas responsabilidades, nem invalidará ou comprometerá qualquer reclamação que a Secretaria Municipal de Saúde venha a fazer.
- 8.3.Na hipótese de os serviços prestados apresentarem irregularidades não sanáveis, será reduzido, a termo, o fato e encaminhado à autoridade competente, para procedimentos necessários.
- 8.4.Os prazos de garantia da obra obedecerão à Norma de Desempenho – NBR 17170 – Edificações – Garantias – Prazos recomendados e diretrizes (ABNT, 2022).

9. DA VIGÊNCIA

- 9.1.O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, com possibilidade de prorrogação, nos termos da Lei 14.133/2021.

10. OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

- 10.1.Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes na legislação vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como com as taxas, impostos, frete e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Projeto Básico.
- 10.2.Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços prestados, assegurando ao Contratante o direito de colocar em testes o que estiver em desacordo com este Projeto Básico.
- 10.3.Indenizar o Município de Montes Claros por todo e qualquer dano decorrente, direta e indiretamente, da execução do objeto, por culpa ou dolo decorrente da má prestação dos serviços;
- 10.4.Cumprir fielmente as exigências deste Projeto Básico.
- 10.5.Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei 14.133/2021 e no presente Projeto Básico.
- 10.6. Será exigido, no ato da assinatura do contrato, apresentação do quadro de funcionários da contratada, sendo que, quando este for superior a 20 funcionários para o serviço licitado ou contratado pela Administração, deverá contemplar um mínimo de 5% das vagas para egressos do sistema penitenciário, apenados em regime semiaberto e aberto e pessoas em situação de rua, nos moldes da Lei Municipal 5.079/18.

11. OBRIGAÇÃO DO CONTRATANTE

- 11.1.Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la.
- 11.2.Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições estabelecidas.



- 11.3.Fiscalizar a execução dos serviços, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas.
- 11.4.Rejeitar todo e qualquer serviço defeituoso, impreciso ou que estejam em desconformidade com as especificações deste Projeto Básico.
- 11.5.Proceder a retenção na fonte do ISSQN (imposto sobre serviços de qualquer natureza), incidente sobre a obra ou a prestação do serviço.
- 11.6.Proceder a retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, com base na Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e alterações (Decreto 4.603 do município de Montes Claros).

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Funcional Programática	Elemento de Despesa	Ficha
02.12.02.10.301.0063.1076	4.4.90.51.02	28775
() FEDERAL	(X) ESTADUAL	() MUNICIPAL

- 12.1.Fonte: 2621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual;
- 12.2.Informação do recurso:
- 12.2.1. SETOR: Atenção Primária;
- 12.2.2. FONTE: Estadual;
- 12.2.3. RECURSO: Res: 3.561/2012;
- 12.2.4. TIPO: Capital.
- 12.2.5. DADOS BANCÁRIOS: Banco do Brasil, AG: 3209-3, CONTA 29.347-4;
- 12.2.6. VIGÊNCIA: 30/06/2026; RECEBIMENTO DO RECURSO: 2021;
- 12.3.O recurso não é proveniente de Emenda Parlamentar Individual (Impositiva).

13. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

- 13.1.A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 13.2.Compete à Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Diretoria de Fiscalização e Controle de Obras, o pleno e total recebimento do objeto deste Projeto Básico, bem como a fiscalização do seu fiel cumprimento, a ser exercida pelos servidores Rogério dos Santos Borges, inscrito no CPF sob o nº 010.143.067-67 e no CREA-MG sob o nº 246.640/D e Iury Gustavo Mendes Moura, inscrito no CPF sob o nº 019.229.026-67 e no CREA-MG sob o nº 245.305/D.



14. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 14.1. O pagamento decorrente da prestação dos serviços, objeto deste Projeto Básico, será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal/fatura, devidamente acompanhada das certidões de regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao FGTS e à Seguridade social e Regularidade Trabalhista vigentes.
- 14.2. Os pagamentos à Contratada somente serão realizados mediante a efetiva prestação dos serviços nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio de Termo de Recebimento.
- 14.3. O Servidor responsável pelo recebimento, identificando qualquer divergência na nota fiscal/fatura, deverá devolvê-la à Contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.
- 14.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da Contratada, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto deste Projeto Básico.
- 14.5. Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da Contratada.

15. PENALIDADES

- 15.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as sanções previstas na Lei nº. 14.133/2021.
- 15.1.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório.
- 15.2. O descumprimento das obrigações contratuais implicará a aplicação das penalidades previstas, observando-se os percentuais de multa estipulados na Lei Federal nº 14.133/2021 e no artigo 156 do Decreto Municipal nº 4.539/2023.
- 15.3. O valor das multas aplicadas, após regular o processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo Contratante.

16. HABILITAÇÃO TÉCNICA

- 16.1. Para habilitação técnica exigir-se-á comprovação de registro ou inscrição da licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s) na entidade profissional competente da região a que estiverem vinculados.



16.1.1. O Registro da licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s) na entidade profissional competente da região a que estiverem vinculados deverão ser comprovados mediante a Certidão de Registro na entidade da Pessoa Jurídica, assim como a Certidão de Registro da(s) pessoa(s) física(s) do(s) seu(s) Responsável(is) Técnico(s).

16.2. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos na entidade profissional competente do Estado de Minas Gerais, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

16.3. A qualificação técnica da licitante deverá ser demonstrada mediante a comprovação da aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto deste Projeto Básico, devendo a licitante declarar a disponibilidade de pessoal técnico especializado e comprovar a capacitação técnico-profissional e técnico-operacional por meio da apresentação de:

16.3.1. Quanto à disponibilidade de pessoal técnico especializado:

16.3.1.1. Declaração formal de disponibilidade de pessoal técnico especializado para integrar a equipe que executará os serviços objeto da licitação, assinada pelo representante legal da licitante, devendo fazer parte da equipe, a ser apresentada no ato da contratação:

16.3.1.1.1. 1(um) profissional formado em engenharia Civil e/ou Arquitetura com experiência profissional comprovada em execução de serviços de natureza compatível com o objeto licitado, devidamente registrado no CREA e/ou CAU.

16.3.1.1.2. 1(um) encarregado de serviços, com experiência profissional comprovada em serviços de natureza compatível com o objeto do presente Projeto Básico, para permanecer na obra em tempo integral, durante todo o período de execução dos serviços.

16.3.2. Quanto à capacitação técnico-profissional:

16.3.2.1. A capacitação técnica do(s) profissional (is) será(ão) atestada(s) mediante a apresentação de Certidão(ões) de Acervo Técnico - (CAT) expedida(s) pela entidade profissional competente da região onde os serviços foram executados, que comprove(m) a execução de obra ou serviço de características semelhantes às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto deste Projeto Básico,



em nome do(s) responsável(is) técnico(s). O(s) profissional(is) deverá(ão) comprovar a execução dos seguintes tipos de serviço:

16.3.2.1.1. Execução de instalações elétricas em edificação;

16.3.2.1.2. Execução de instalações hidrossanitárias em edificação;

16.3.2.1.3. Execução de fechamento de paredes em gesso acartonado ou placa cimentícias;

16.3.2.2. A(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico–CAT será(ão) exigidas dos seguintes profissionais, legalmente habilitados, os quais responderão como responsáveis técnicos pela execução da obra:

16.3.2.2.1. Engenheiro Civil/Arquiteto, para comprovação da execução dos serviços.

16.3.2.2.2. Deverá(ão) apresentar também a(s) Declaração(ões) do(s) Responsável (eis) Técnico(s) a ser (em) preenchida(s) pela(s) licitante(s).

16.3.2.2.3. Os responsáveis técnicos indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico profissional deverão participar da obra ou serviço objeto deste Projeto Básico, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que seja solicitada formalmente e aprovada pela fiscalização municipal.

16.3.2.2.4. Os responsáveis técnicos acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da licitante, na data assinatura do contrato, entendendo-se como tal, para fins deste Projeto Básico, o sócio, o administrador ou o diretor, o empregado e o prestador de serviços.

16.3.3. Quanto à capacitação técnico-operacional:

16.3.3.1. A capacitação técnico-operacional da licitante será comprovada mediante a apresentação de atestado(s) em papel timbrado fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado identificado em nome da licitante, acompanhado da certidão de Acervo Técnico – CAT do profissional responsável técnico do serviço que detém a certidão, constando o endereço do contratante, ou ser informado pelo licitante de forma a permitir possível diligência, que comprove(m) a aptidão da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com objetivo deste Projeto Básico. A licitante deverá



comprovar a execução dos serviços e quantitativos mínimos abaixo descritos, os quais se referem às parcelas de maior relevância ou valor significativo da obra:

16.3.3.1.1.Execução de instalações elétricas em edificação com área mínima de 250m²;

16.3.3.1.2.Execução de instalações hidrossanitárias em edificação com área mínima de 250m²;

16.3.3.1.3.Execução de fechamento de paredes em gesso acartonado ou placa cimentícias, com área de 1200m²;

No planejamento, elaboração, avaliação e execução de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde, devem ser observadas normas técnicas específicas que atendam aos princípios de regionalização, hierarquização, acessibilidade e qualidade da assistência prestada à população, bem como a constante atualização tecnológica do setor.

As unidades de saúde possuem características próprias que demandam soluções técnicas diferenciadas, especialmente no que se refere à segurança, ao controle sanitário, à funcionalidade dos ambientes e à integração entre os diversos sistemas prediais.

Execução de instalações elétricas em edificação:

A execução das instalações elétricas em edificações de saúde exige elevado rigor técnico, uma vez que sistemas mal dimensionados ou executados podem ocasionar falhas operacionais, riscos de acidentes e prejuízos à segurança dos usuários.

Para as instalações elétricas, além da Norma Brasileira ABNT NBR 5410, que trata das Instalações elétricas de baixa tensão, aplica-se também a ABNT NBR 13534:2008, a qual estabelece requisitos específicos para Instalações elétricas de baixa tensão que apresenta requisitos específicos para instalações em estabelecimentos assistenciais de saúde.

A confiabilidade do sistema elétrico é essencial, sobretudo em ambientes que utilizam equipamentos eletromédicos, sendo indispensável garantir segurança, continuidade de funcionamento e adequação às diferentes cargas e usos existentes na edificação, apresentando requisitos específicos para cada unidade, atendimento e função estabelecida na edificação, sendo um item relevante na execução do objeto, vejamos:

Essa segurança começa com uma instalação elétrica segura e prossegue com a operação e manutenção adequadas dos equipamentos elétricos a ela conectados. A utilização de equipamentos eletromédicos em pacientes sob cuidados intensivos, de importância crítica, requer da instalação elétrica uma confiabilidade e uma segurança compatíveis, que podem ser obtidas com a aplicação desta Norma, o que não impede a adoção de critérios ou



práticas que reforcem ainda mais a segurança e a confiabilidade. (ABNT NBR 13534, 2005, p. IV)

Execução de instalações hidrossanitárias em edificação:

As instalações hidrossanitárias possuem relação direta com as condições de saúde e higiene dos usuários, sendo fundamentais para o funcionamento adequado da edificação. Nesse contexto, devem atender à ABNT NBR 15575-6:2013, bem como às normas complementares, ABNT NBR 5626:2020 – Sistemas prediais de água fria e quente; ABNT NBR 8160:1999 – Sistemas prediais de esgoto sanitário; ABNT NBR 10844:1989 – Águas pluviais. Nos casos em que a saúde dos usuários está envolvida, os procedimentos devem ser executados com especial atenção, de modo que não haja possibilidade de risco para a saúde humana, sendo estas normas de exigência relevante para execução dos empreendimentos de saúde.

As instalações hidrossanitárias são responsáveis diretas pelas condições de saúde e higiene requeridas para a habitação, além de apoiarem todas as funções humanas nela desenvolvidas (cozimento de alimentos, higiene pessoal, condução de esgotos e águas servidas etc.).

As instalações devem ser incorporadas à construção, de forma a garantir a segurança dos usuários, sem riscos de queimaduras (instalações de água quente), ou outros acidentes. Devem ainda harmonizar-se com a deformabilidade das estruturas, interações com o solo e características físico-químicas dos demais materiais de construção. (ABNT NBR 15575-6, 2013, p. IX)

Destaca-se a observância da ANVISA, por meio da RDC nº 50/2002, que estabelece critérios técnicos para estabelecimentos assistenciais de saúde, incluindo diretrizes voltadas à prevenção de infecções, como a adequada execução de instalações hidrossanitárias.

Nesse contexto, em empreendimentos de saúde, as instalações elétricas e hidrossanitárias possuem caráter essencial e crítico ao funcionamento da unidade, uma vez que falhas de execução podem comprometer a segurança sanitária, a continuidade dos serviços e o atendimento à população.

Dessa forma, justifica-se a exigência específica na execução de instalações elétricas e hidrossanitárias em unidades de saúde, visando garantir a adequada execução dos serviços, em conformidade com a legislação vigente e com padrões de segurança e qualidade exigidos para o setor.

Execução de fechamento de paredes em gesso acartonado ou placa cimentícia



A execução de fechamentos verticais em gesso acartonado (drywall) e/ou placas cimentícias é considerada tecnicamente relevante em edificações de saúde, tendo em vista sua influência direta nas condições de higiene, controle de infecção, manutenção e desempenho dos ambientes.

Conforme diretrizes da RDC nº 50/2002, os materiais utilizados devem permitir adequada limpeza, desinfecção e manutenção, sendo exigidas superfícies lisas, impermeáveis e de fácil higienização.

Os sistemas em drywall e placa cimentícia, quando corretamente executados, proporcionam superfícies contínuas, facilitam a assepsia dos ambientes e reduzem o acúmulo de sujidades e microrganismos.

Além disso, permitem elevada integração com os sistemas prediais (elétrico, hidrossanitário, climatização e gases medicinais), garantindo flexibilidade construtiva e facilidade de manutenção, características essenciais em unidades de saúde.

Apresentam ainda desempenho relevante quanto ao isolamento acústico, resistência ao fogo e comportamento frente à umidade, sendo indispensáveis para o adequado funcionamento dos ambientes assistenciais.

Ressalta-se que a exigência de atestados observa os limites legais, restringindo-se às parcelas de maior relevância e não ultrapassando os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Por fim, considerando que as obras em estabelecimentos assistenciais de saúde demandam soluções integradas e não segmentadas, conclui-se que a adequada execução do objeto requer não apenas a realização dos serviços, mas o domínio técnico das tecnologias envolvidas, motivo pelo qual os itens elencados são devidamente classificados como de maior relevância técnica para fins de qualificação

14.3.4. Quanto à capacitação operacional:

14.3.4.1. Declaração formal de disponibilidade dos equipamentos necessários para a execução dos serviços.

17. VALOR GLOBAL E REAJUSTAMENTO

Valor Global estimado: R\$ 1.673.931,59 (um milhão seiscentos e setenta e três mil novecentos e trinta e um reais e cinquenta e nove centavos), custo com base nas tabelas oficiais não desoneradas do SINAPI e SEINFRA e BDI conforme acórdão do TCU.



17.1.1. Reajustamento – Os preços dos serviços serão reajustados após 1(um) ano de acordo com os índices preponderantes dos serviços ou seja: Edificações –Custo Nacional da Construção Civil e Obras Públicas publicado pela Fundação Getúlio Vargas, tendo como data – base a data do orçamento estimado (preços referenciados nas planilhas oficiais), através da fórmula:

Onde:

R= Valor do reajuste procurado;

$$R = P_o \times \frac{I_i - I_o}{I_n}$$

Po = Preço Inicial;

Ii = Indicação da data base;

Io = Indicação aniversário da data-base (12 meses).

17.2.Data Base para Reajustamento – SINAPI 10/2025 e SETOP 10/2025.

18. APRESENTAÇÃO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS E REGIME DE CONTRATAÇÃO

- 18.1.No julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do menor preço global, conforme planilha de orçamento na extensão “xlsx/xls” a ser fornecida pelo município e a qual deverá ser apresentada pela licitante, com a devida identificação, sendo levados também em consideração critérios objetivos definidos no Edital, que não deverão contrariar as normas e princípios estabelecidos na Lei nº. 14.133/2021.
- 18.2.Na planilha, o licitante poderá propor o seu próprio BDI, assim como seus próprios preços unitários sem, contudo, ultrapassar os limites máximos previstos nas planilhas básicas adotadas.
- 18.3.Nenhum preço unitário proposto poderá ser maior do que aquele a ser apresentado na planilha orçamentária referencial. O regime de contratação será o de empreitada por preços unitários.
- 18.4.A Proposta de Preços deverá ser apresentada em meio digital em formato “xls ou xlsx” bloqueadas conforme disponibilizada no edital e sem violações na sua programação, e compostas de preços unitários coerentes com o valor total da proposta, com a pasta de trabalho no modo “precisão conforme exibida” e conforme instruções contidas no arquivo.



18.5. Apresentar, anexadas à proposta, as declarações exigidas de acordo com modelos disponibilizados no instrumento convocatório.

Montes Claros, 30 de abril de 2026.

Patrícia Santos Figueiredo

Engenheira Civil CREA/MG 217.421/D

Matrícula: 9534539

Eduardo Luiz da Silva

Secretário de Saúde

Secretário Municipal de Saúde